



CONGRESSO MUNICIPAL PSB CAMPINAS

Tema 6: Estado Brasileiro e as Desigualdades Sociais: Desafios e Caminhos para a Justiça Social

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, uma realidade que reflete não apenas disparidades econômicas, mas também desigualdades no acesso à educação, saúde, moradia e direitos fundamentais. A estrutura social brasileira foi historicamente marcada por privilégios para poucos e exclusão para a maioria. Como argumenta Florestan Fernandes (1975), “o Brasil nunca completou sua revolução democrática”, pois manteve uma estrutura socioeconômica que favorece elites e perpetua a desigualdade. Nesse contexto, o Estado tem papel central na construção de políticas públicas capazes de reduzir essas disparidades e garantir dignidade para toda a população.

A Constituição de 1988 estabeleceu princípios importantes para a justiça social, como o direito universal à educação e à saúde, além da criação de programas sociais que impactaram positivamente a redução da pobreza. No entanto, a desigualdade persiste. Segundo Piketty (2014), “as desigualdades não são naturais, mas resultado de políticas e escolhas econômicas que beneficiam determinados grupos em detrimento de outros”. No Brasil, a concentração de renda e de poder político por uma pequena parcela da população impede uma distribuição mais justa dos recursos.

Entre os principais desafios para a redução das desigualdades, está o modelo tributário regressivo, que penaliza os mais pobres. De acordo com Souza (2017), “o sistema tributário brasileiro perpetua a desigualdade ao tributar fortemente o consumo, enquanto grandes fortunas e lucros exorbitantes são pouco taxados”. Isso significa que a população de baixa renda paga proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos, o que agrava a desigualdade social. Para enfrentar esse problema, é essencial uma reforma tributária que priorize a justiça fiscal e amplie os investimentos em serviços públicos essenciais.



Além disso, o mercado de trabalho reflete e aprofunda desigualdades. A informalidade, o desemprego estrutural e a discriminação racial e de gênero impedem que milhões de brasileiros tenham acesso a condições dignas de trabalho. Como aponta Belluzzo (2012), “a precarização do trabalho não é apenas um fenômeno econômico, mas um mecanismo que reforça a exclusão social e a concentração de riqueza”. Políticas de valorização do salário mínimo, proteção aos trabalhadores informais e combate à discriminação são fundamentais para reverter esse quadro.

A luta contra as desigualdades sociais no Brasil exige uma atuação ativa do Estado, com políticas públicas robustas, participação da sociedade civil e reformas estruturais que garantam direitos e oportunidades para todos. Sem esse compromisso, a desigualdade continuará a comprometer o desenvolvimento do país e a qualidade de vida da população. Como afirmou Celso Furtado (1974), “o desenvolvimento econômico só tem sentido se estiver a serviço do bem-estar da sociedade”. Portanto, a grande questão que se impõe ao Brasil é: **que modelo de Estado queremos para garantir um futuro mais justo e igualitário?**

Referências Bibliográficas

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.



Perguntas para Reflexão e Debate

1. **Por que a desigualdade social no Brasil continua sendo um problema estrutural?**

Resposta desejada: Porque resulta de um histórico de concentração de riqueza, falta de acesso igualitário a serviços públicos e um modelo econômico que favorece elites.

2. **Qual o impacto do sistema tributário brasileiro na desigualdade social?**

Resposta desejada: Ele agrava a desigualdade ao tributar mais o consumo do que grandes fortunas e rendimentos, penalizando proporcionalmente a população de baixa renda.

3. **Como o mercado de trabalho contribui para a manutenção das desigualdades no Brasil?**

Resposta desejada: A alta informalidade, a precarização do emprego e a discriminação limitam o acesso a direitos e impedem a mobilidade social de milhões de brasileiros.

4. **Que políticas públicas podem reduzir as desigualdades sociais no Brasil?**

Resposta desejada: Reforma tributária progressiva, ampliação de investimentos em educação e saúde, valorização do trabalho e fortalecimento da seguridade social.

5. **O desenvolvimento econômico, por si só, é suficiente para reduzir as desigualdades?**

Resposta desejada: Não, pois o crescimento econômico precisa ser acompanhado de políticas redistributivas e de garantia de direitos para beneficiar toda a sociedade.

A superação das desigualdades sociais no Brasil **não é apenas uma questão econômica, mas uma escolha política e moral**. O Estado tem o dever de atuar como agente transformador, garantindo um país mais justo, inclusivo e com oportunidades para todos.

**Colaboração: José Batista de Carvalho Filho – Membro do PSB
Campinas SP.**